



PORTARIA Nº 3.634/25 DE 02 DE JANEIRO DE 2025

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VANDERLEI ROBSON DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Pirangi/SP, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 40, inciso VI, art. 50, §2º, e art. 68, inciso II alínea “a”, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que

Considerando que o Artigo 23 da Lei Complementar nº 1.701/05 de 15 de junho de 2005, prevê que: *“Fica aprovado, conforme o Anexo XIV, que é parte integrante desta lei, o Quadro de Empregos de Provimento em Comissão - QEPC, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Executivo, de acordo com as respectivas quantidades e referências constantes do mencionado anexo”;*

Considerando que o Inciso II, do Artigo 37 da Constituição Federal assegura que: *“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”;*

Considerando que a estabilidade na carreira pública apenas diz respeito a servidores detentores de cargos de provimento efetivo que decorrem obrigatoriamente de prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, art. 41, *Caput*, ambos da Constituição Federal;

Considerando que os ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada podem ser exonerados a qualquer tempo, por se tratar de cargo de livre nomeação e exoneração (*ad nutum*), conforme disposto no art. 37, II, da Constituição Federal. Contudo, se estiver grávida no momento da exoneração, a servidora faz jus a indenização em valor equivalente ao da remuneração do cargo ou função, como se em exercício estivesse, até o término da licença-maternidade;

Considerando que em observância ao princípio da igualdade (art. 7º, XVIII, c/c art. 39, §3º, ambos da Constituição Federal), estende-se às servidoras ocupantes de cargos comissionados a proteção consagrada no art. 10, I, “b”, do ADCT, o qual veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante;



Considerando que o Supremo Tribunal Federal em julgamento ao Tema de Repercussão Geral nº 542, na data de 05/10/2023 (transito em julgado: 03/02/2024), o Tribunal Pleno fixou a seguinte tese ***“a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado”***;

Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores no sentido de que, em caso de gravidez, a servidora ocupante de cargo comissionado pode ser exonerada/demitida mediante pagamento das respectivas indenizações trabalhistas previstas na legislação, em especial, o pagamento de indenização referente ao período de estabilidade provisória;

Considerando a necessidade de readequar os cargos de confiança da administração municipal em virtude da mudança de governo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica demitida a funcionária pública municipal **THAÍS DE CARVALHO**, portadora da CTPS 0075695 - Série 00388 - SP, ocupante do cargo em comissão de Diretora de engenharia, Obras e Serviços, nomeada através da Portaria nº. 3.041/2021, de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Fica garantido à servidora demitida todos os direitos trabalhistas e indenizações que faz jus, em conformidade com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e legislação trabalhista aplicável, em especial, a indenização em valor equivalente ao da remuneração do cargo ou função, como se em exercício estivesse, até o término da licença-maternidade.

Art. 3º - Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda com a formalização do desligamento da servidora com o cálculo das indenizações devidas, providenciando o pagamento no prazo legal.

Art. 4º - Determinar que o Departamento Jurídico do Município preste todo o suporte necessário para assegurar o cumprimento desta Portaria, orientando sobre os direitos assegurados à servidora e as providências administrativas cabíveis.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pirangi/SP, 02 de janeiro de 2025.


VANDERLEI ROBSON DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



Registrada em livro próprio, e publicado pelo Diário Oficial Eletrônico na da de sua edição, nos termos do §2º, do artigo 58, da Lei Orgânica do Município.

Silvana
SILVANA BENEDITA FÂNCIO

Sup. Depto Pessoal